Ata Reunião PEAS 09/07/2024

Às 9 horas do dia 09 de julho de 2024 foi realizada a quarta reunião da Comissão Interinstitucional de Elaboração, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PEAS 2025-2034, em transmissão online da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, situada no Palácio das Araucárias, na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Bairro Centro Cívico em Curitiba-PR. Fizeram-se presentes: as representantes da CGS/SEJU Ana Ligia Bragueto, Glória Christina de Souza Cardozo, Sayuri Felicio Schmidt, Mayra Depizol Siqueira da Silva, Kawany Huk de Lima, Luciano Jorge Holler; das outras Secretarias e órgãos: David Parise do Amaral (SESP); Helena Caron (SEEC); Lethicia Gaidarji (DPE); Maria do Socorro Ferreira Moraes (SEED); Danielle Cristine Cavali Tuoto (MPPR); Nadir Aparecida Silva (AAMEC/CEDCA); Leonardo Pelegrin (SEMIPI); Sirleni Brito dos Santos Silva (SESA); Fernando (SESA); Luciane Diehl (SEEC); Paula Cristina Calsavara (SEDEF); Fernanda (SESA); Juliana Bandeira; Cense São Francisco; Cense Joana Richa: Gláucia Rennó Cordeiro e adolescente Cristian; Cense São José dos Pinhais: Enfermeiro Diego; Cense Fazenda Rio Grande.

Pauta:

1. Apresentação dos dados diagnósticos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) e “Atenção Integrada a Saúde de Adolescentes e Jovens em Atendimento Socioeducativo” pela SESA.
2. Apresentação dos dados diagnósticos da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo.

Desenvolvimento:

Ana Ligia Bragueto/CGS – Iniciou a reunião apresentando quem estava presente e relembrou que na última reunião não foi possível concluir as apresentações dos dados do diagnóstico situacional da Secretaria da Saúde, devido ao tempo que cada apresentação tomou.

Silerni Brito dos Santos Silva/SESA – Iniciou a apresentação dos dados do PNAISARI e depois da “Atenção Integrada a Saúde de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo”, que se tratam do período de 2018 a 2022. Informou que o objetivo do PNAISARI é garantir e ampliar o acesso aos cuidados de saúde dos adolescentes em

medida socioeducativa.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR – questionou sobre a falta de dados de 2023 e qual o sistema utilizado para coletar essas informações. Informou que no dia 20 de maio de 2024, a Deliberação n°136 da CIB revogou o plano operativo estadual, e aprovou que o fornecimento dos medicamentos disponibilizados pelo SUS aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa se dê por meio dos municípios habilitados pelo PNAISARI. Questionou sobre quais ações que foram apresentadas são executadas pela SESA e quais são dos municípios. Questionou também o que vai ser colocado de ações para a saúde nos municípios que tem meio aberto, qual suporte o estado vai dar.

Silerni Brito dos Santos Silva/SESA – esclareceu que os dados de 2023 ainda não estão prontos por conta de um atraso, e que utilizam um formulário que vem do Ministério da Saúde, que é encaminhado e eles passam para os municípios. Informou que o PNAISARI prevê que o atendimento seja feito na atenção primaria, por isso essa responsabilidade do município no atendimento aos adolescentes, mas que ainda tem alguns adolescentes que recebem atendimento dentro da unidade, porém estão orientando para que estejam atentos a isso.

Sobre a questão do plano operativo, informou que ter revogado não vai influenciar a questão de recursos, que eles tem resoluções próprias para isso.

Informou que esse ano conseguiram incluir no Plano Estadual de Saúde uma meta sobre o atendimento aos adolescentes da socioeducação.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR – questionou o que a saúde faz exclusivamente da SESA.

Silerni Brito dos Santos Silva/SESA – esclareceu que todas as ações são ligadas ao município, que não tem nenhuma exclusiva da SESA.

Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto/MPPR – sugeriu que pensem em ações que sejam feitas nas unidades socioeduativas. Disse que falta capacitação para as equipes na área da saúde, que deve-se pensar em ações que poderiam executar com os servidores.

Silerni Brito dos Santos Silva/SESA – informou que no último plano uma das metas foi

essa de capacitações e de incluir profissionais dos Censes nas capacitações de saúde, que no ano de 2023 conseguiram realizar um seminário de saúde na socioeducação, em parceria com a federal e com a SEJU, e com isso conseguiram trazer pessoas da atenção primaria e das unidades socioeducativas para participar.

Fernanda/SESA – se apresentou como a responsável pela Divisão de Atenção a Saúde da Criança e do Adolescente na SESA. Informou que em janeiro de 2023 aumentaram o valor do repasse para os Censes em 100%. Contou que estão fazendo visitas as unidades socioeducativas e que a queixa que eles tem é de não saber como utilizar esses recursos que eles recebem. Esclareceu que aquela questão da CIB, de os medicamentos serem disponibilizados pelo município, foi por que estavam encontrando dificuldades de justificar essa compra de medicamentos para os Censes via PGE.

Ana Ligia Bragueto/CGS – Sugeriu, a respeito da questão apontada pela Dra. Danielle sobre as ações da SESA, de estabelecer essa parceria nos espaços de formação para que a própria SESA possa falar dos aspectos de saúde. Disse achar importante essa questão dos atendimentos ao adolescente direto na unidade, que acha importante que seja pactuado com os municípios, para que possam ir estreitando mais essa relação entre o Cense, Semi, Meio Aberto e Saúde. Sugeriu pensar em uma articulação regional com as regionais de saúde.

Fernanda/SESA – Informou que tem sido realizada visitas em todos os Censes do Estado, que essa conversa de como é a relação Cense/Unidade de Saúde/Município/Secretaria de Saúde quando o adolescente precisa de uma consulta está sendo realizada. Disse que desde que iniciou as visitas já tem visto um avanço nessa questão. Informou também que criaram um sistema de atenção primária, na qual tem que registrar todo o atendimento realizado aos adolescentes, onde 100% dos municípios precisam registrar esses atendimentos, que com esse indicador, vão começar o monitoramento a partir desse ano.

Ana Ligia Bragueto/CGS – Informou que no último contato com os servidores e adolescentes da região de Curitiba, algumas unidades trouxeram dificuldades de articulação do PNAISARI em seus municípios, que anteriormente estava pactuado mas ultimamente têm encontrado dificuldades. Sugere que sejam feitas metas sobre essa situação.

Glória Christina de Souza Cardozo/CGS – destacou a importância de mapear também os dados de entrada dos adolescentes. Mencionou que é recorrente, na entrada ao sistema,

que o adolescente tenha menos acesso a saúde, intensificando a violação do direito a saúde. Acredita que se obter esses dados que reflitam essa realidade, seria crucial para embasar políticas mais efetivas que garantam a proteção dos adolescentes.

Levantou a questão da possibilidade de ações da SESA para os municípios de meio aberto, onde a maioria dos adolescentes em medidas socioeducativas estão inseridos.

Silerni Brito dos Santos Silva/SESA – mencionou que a SESA possui uma nota técnica, que aborda o atendimento em saúde no meio aberto. Informou que alguns municípios já estão incluindo o plano operacional municipal, contemplando essa questão da nota técnica, que foi feita entre o Ministério da Saúde e o Desenvolvimento Social. Disse que acha que um dos primeiros passos foi o sistema de atenção primária, que contempla o estado todo e qualquer unidade de saúde pode registrar, sendo possível mapear em quais municípios estão atendendo mesmo sem possuir unidades socioeducativas.

Ana Ligia Bragueto/CGS – destacou que esses pontos levantados demandam o estabelecimento de metas.

Informou que foi a CGS que incluiu no documento do Plano os princípios, eixos e diretrizes. Iniciou a apresentação da CGS, com o foco no perfil do adolescente, utilizando os dados coletados pelo SMS e Business Intelligence, com um recorte de 01 de janeiro de 2015 a 30 de abril de 2024.

Salientou a importância da Secretaria do Trabalho participar nessa comissão, considerando fundamental seu papel nesse processo de reintegração social dos adolescentes. No entanto, informou que não tem ninguém para representar a secretaria nesta comissão. Expressou a necessidade de pensar em estratégias para envolver a Secretaria do Trabalho na construção dessa política.

Diego/Enfermeiro do CENSE São José dos Pinhais – sugeriu envolver a área de atenção primária ligada à SESA para as discussões, principalmente para os municípios que não possuem uma boa vinculação com a rede. Disse que conhece municípios onde há apenas duas consultas médicas por mês e que não tem medicação básica, ressaltou que essa articulação deve acontecer, principalmente com os profissionais que estão na linha de frente, atendendo nas unidades socioeducativas.

Silerni Brito dos Santos Silva/SESA – Informou que estão programando para setembro uma oficina para a construção dos novos planos.

Ana Ligia Bragueto/CGS – encerrou a reunião informando que na próxima será iniciada a construção das metas do PEAS, começando pelo eixo 1 da gestão.